

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS**

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2016

DENOMINAÇÃO ADARSOL – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES
RELACIONADAS COM A SOLIDARIEDADE

MORADA Rua S. Veríssimo

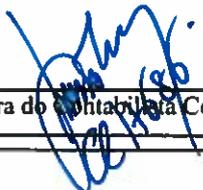
N. 139 **ANDAR** **LOCALIDADE** Paranhos

FREGUESIA Paranhos

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4200-495

EM ____ / ____ / ____



(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: _____, _____

_____, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

ADARSOL-ASSOC. PARA DESENV. ATIV. RELAC. SOLIDARIEDADE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501646990

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	0,00	0,00
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	922,30	547,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		922,30	547,01
Ativo corrente			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6	60,53	73,14
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11.7	0,00	104,13
Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	11.13	60,00	70,00
Diferimentos	11.3	159,00	526,77
Outros ativos correntes	11.2	2 231,74	2 160,34
Caixa e depósitos bancários	11.4	23 778,46	2 461,34
		26 289,73	5 395,72
Total do ativo		27 212,03	5 942,73
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	22 834,83	22 834,83
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.5	-43 103,49	-39 393,72
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		-20 268,66	-16 558,89
Resultado líquido do período		2 036,60	-3 709,77
Total dos fundos patrimoniais		-18 232,06	-20 268,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	4 231,95	3 824,05
Estado e outros entes públicos	11.7	9 028,65	4 013,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	11.8	32 183,49	18 373,65
		45 444,09	26 211,39
Total do passivo		45 444,09	26 211,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		27 212,03	5 942,73

A Direcção

O responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 016	2 015
Vendas e serviços prestados	7	19 143,19	21 963,23
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11.9	150 992,99	119 872,53
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-3 358,77	-2 894,05
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-23 307,89	-16 053,94
Gastos com o pessoal	9	-134 664,40	-125 997,17
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	11.12	0,00	23,11
Outros gastos	11.11	-6 768,52	-562,32
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 036,60	-3 648,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 036,60	-3 648,61
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	11.14	0,00	-61,16
Resultados antes de impostos		2 036,60	-3 709,77
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		2 036,60	-3 709,77

A Direcção

O Responsável

Entidade: ADARSOL-ASSOC. PARA DESENV. ATIV. RELAC. SOLIDARIEDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501646990

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Centro de Convívio	Mov. Paranhos Zero Desperdício	PERÍODOS	
					2016	2015
Vendas e serviços prestados		19 143,19	0,00	0,00	19 143,19	21 963,23
Custo das vendas e dos serviços prestados		-122 851,84	-15 171,33	0,00	-138 023,17	-128 891,22
Resultado Bruto		-103 708,65	-15 171,33	0,00	-118 879,98	-106 927,99
ISS, IP - Centro Distrital		113 403,72	21 951,00	0,00	135 354,72	107 872,53
Outros Rendimentos		9 502,83	0,00	6 135,44	15 638,27	12 023,11
Transportes de mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos		-10 543,31	-12 764,58	0,00	-23 307,89	-16 053,94
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos		-633,08	0,00	-6 135,44	-6 768,52	-562,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8 021,51	-5 984,91	0,00	2 036,60	-3 648,61
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	-61,16
Resultado antes de impostos		8 021,51	-5 984,91	0,00	2 036,60	-3 709,77
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		8 021,51	-5 984,91	0,00	2 036,60	-3 709,77

A Direcção

O Responsável


ADARSOL-ASSOC. PARA DESENV. ATIV. RELAC. SOLIDARIEDADE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		19 123,19	21 910,73
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		18 475,07	12 359,61
Pagamentos ao pessoal		80 137,08	85 965,12
Caixa gerada pelas operações		-79 488,96	-76 414,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		100 303,25	77 827,08
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		20 814,29	1 413,08
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		502,83	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	61,16
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		502,83	-61,16
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		21 317,12	1 351,92
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 461,34	1 109,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período		23 778,46	2 461,34

A Direcção

O Responsável

**ADARSOL – Associação para o
Desenvolvimento de Atividades
Relacionadas com a Solidariedade**

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Inventários	10
7	Rédito.....	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
9	Benefícios dos empregados	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
11	Outras Informações	12
11.1	Investimentos Financeiros	12
11.2	Outros ativos correntes	12
11.3	Diferimentos	12
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	13
11.5	Fundos Patrimoniais	13
11.6	Fornecedores	13
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	13
11.8	Outros passivos correntes	14
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	14
11.10	Fornecimentos e serviços externos	14
11.11	Outros gastos	14
11.12	Outros rendimentos.....	15
11.13	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	15
11.14	Resultados Financeiros	15
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
11.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

A Associação ADARSOL – Associação para o Desenvolvimento de Atividades Relacionadas com a Solidariedade, instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº302 de 28 de Dezembro de 2004.

Tem sede na Rua de S. Veríssimo nº 139 - Paranhos, na cidade do Porto.

Tem como principais fins:

- O apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- O apoio às pessoas idosas

A instituição até 16 de Agosto de 2016 tinha o nome de Associação Benjamim – Creche, Jardim de Infância e ATL.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

3.2.2 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo

montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do

período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Equipamento Básico	3 554,36				3 554,36
Equipamento Administrativo	898,00				898,00
Activo Tangível Bruto	4 452,36	0,00	0,00	0,00	4 452,36
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	3 554,36				3 554,36
Equipamento Administrativo	898,00				898,00
Depreciações Acumuladas	4 452,36	0,00	0,00	0,00	4 452,36
Activo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60,53	73,14
Total	60,53	73,14

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2016	2015
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	73,14	73,14
Compras	3 346,16	2 894,05
Saldo Final	60,53	73,14
Gastos do Período	3 358,77	2 894,05

7 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de Serviços		
Quotas do Utilizadores	19 083,19	21 910,73
Quotas e Jóias	60,00	52,50
Total	19 143,19	21 963,23

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016				2015		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			135 354,72			107 872,53
Junta Freguesia de Paranhos	Não Reembolsável			9 000,00			12 000,00
Total		0,00	0,00	144 354,72	0,00	0,00	119 872,53

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é de 14 elementos. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2016 e 2015.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2016 e de 2015 foi de 10.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	110 756,66	102 595,25
Indemnizações	0,00	2 200,00
Encargos sobre as Remunerações	22 470,43	20 378,35
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	973,21	736,57
Outros Gastos com o Pessoal	464,10	87,00
Total	134 664,40	125 997,17

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Outros investimentos Financeiros		
FCT	922,30	547,01
Total	922,30	547,01

11.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Fornecedores	71,40	0,00
Adiantamentos a fornecedores	71,40	0,00
Pessoal	982,00	982,00
Remunerações a pagar	982,00	982,00
Outra Contas a Receber	1 178,34	1 178,34
Outros credores	1 178,34	1 178,34
Total	2 231,74	2 160,34

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguro Acidentes Trabalho	0,00	376,18
Seguros Outros	159,00	150,59
Total	159,00	526,77

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	121,90	85,64
Depósitos à Ordem	23 656,56	2 375,70
Total	23 778,46	2 461,34

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	22 834,83			22 834,83
Resultados Transitados	-39 393,72		-3 709,77	-43 103,49
Total	-16 558,89	0,00	-3 709,77	-20 268,66

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c		
Fornecedores	4 231,95	3 824,05
Total	4 231,95	3 824,05

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
IVA - A recuperar	0,00	104,13
Total	0,00	104,13
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	1 621,00	740,00
Segurança Social	6 599,50	2 883,30
FCT e FGCT	808,15	390,39
Total	9 028,65	4 013,69

11.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		7 257,44		200,00
Credores por Acréscimo de Gastos		17 979,63		16 892,66
Remunerações a Liquidar		17 815,78		16 726,71
Outras despesas diferidas		163,85		165,95
Outros Credores		6 946,42		1 280,99
Junta de Freguesia de Paranhos		6 946,42		1 280,99
Total	0,00	32 183,49	0,00	18 373,65

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e Outros	144 354,72	119 872,53
Doações e heranças	6 638,27	0,00
Total	150 992,99	119 872,53

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	3 662,02	4 468,13
Materiais	646,71	290,99
Energia e fluídos	3 130,27	3 098,46
Serviços diversos	15 817,09	7 652,76
Encargos com Utentes	51,80	543,60
Total	23 307,89	16 053,94

11.11 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	108,91	82,15
Outros	524,17	480,17
Gastos com apoios financeiros concedidos	6 135,44	0,00
Total	6 768,52	562,32

A Instituição em parceria com a Junta de Freguesia de Paranhos iniciou em Julho de 2015 um projeto de combate ao desperdício alimentar sob a tutela da Associação DariAcordar. Em Julho de 2016, o Pingo Doce passou a ser também um dos principais doares, explicando o aumento nesta rubrica.

11.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros Rendimentos		
Outros	0,00	23,11
Total	0,00	23,11

11.13 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Quotas	60,00	70,00
Total	60,00	70,00

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	61,16
Total	0,00	61,16
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	-61,16

11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2016, foi o seguinte:

- Creche: 32
- Centro de Convívio: 60
- Movimento Paranhos Zero Desperdício: 40 famílias

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



A Direcção

